Processo n.º 277/2004

Data do acórdão: 2004-11-25

Assuntos:

- suspensão da validade da licença de condução
- apreensão da licença de condução
- art.º 73.º, n.º 1, alínea a), do Código da Estrada
- art.º 90.º, n.ºs 1 e 3, do Código da Estrada

S U M Á R I O

A execução da sanção de suspensão da validade da licença de condução prevista no art.º 73.º, n.º 1, alínea a), do Código da Estrada pressupõe a apreensão da licença de condução, por força das normas procedimentais próprias e expressas do art.º 90.º, n.ºs 1 e 3, do mesmo Código, segundo as quais as licenças de condução devem ser apreendidas durante o período de suspensão da sua validade e para este efeito o condutor é notificado para entregar a sua licença de condução no prazo de dez dias, sob pena de desobediência.

O relator,

Chan Kuong Seng

Processo n.º 277/2004

(Autos de recurso penal)

Recorrente: A

Tribunal a quo: Tribunal Singular do 6.º Juízo do Tribunal Judicial de Base

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

A, arguido melhor identificado nos autos de processo penal comum singular n.º PCS-109-03-6 do 6.º Juízo do Tribunal Judicial de Base (TJB), e depois de condenado, por sentença aí proferida em 26 de Fevereiro de 2004 (e transitada em julgado nesse mesmo dia a pedido dele próprio e na não oposição do Ministério Público acusador – cfr. a acta da sessão de leitura pública do mesmo veredicto da Primeira Instância, lavrada a fls. 61 a 61v dos presentes autos correspondentes), como autor de um crime de fuga à responsabilidade, p. e p. pelo art.º 64.º do Código da Estrada (CE),

na pena de 45 (quarenta e cinco) dias de multa à taxa diária de MOP\$50,00 (cinquenta) patacas, com sanção de suspensão da validade da sua licença de condução pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias prevista no art.º 73.º, n.º 1, alínea b), do mesmo CE, apresentou, em 28 de Maio de 2004, o seguinte requerimento ao Mm.º Juiz titular do referido processo, de seguinte teor:

<<[...]

A que figurou como transgressor nos autos acima referenciados vem expor e requerer a V. Excia. o seguinte:

No dia 25 do passado mês de Fevereiro foi o requerente condenado, além do mais, em 45 dias de inibição da faculdade de conduzir.

Logo após a Leitura da sentença por V. Excia. proferida, foi suscitada a questão de saber se o período de suspensão se iniciava imediatamente ou não. Pensa o requerente que foi respondido afirmativamente a essa interrogação, tendo até, salvo erro, sido feita a declaração de que se prescindir do recurso.

Ora, acontece que foi agora o requerente avisado para comparecer na Secção de Trânsito para ser notificado da data em que se ia iniciar o período de inibição.

Perante esta situação, não resta ao requerente outra solução que não seja a de apelar para V. Excia..

Assim, vem requerer a V. Excia. se digne julgar extinta a medida de inibição imposta, por já a ter cumprido, e se comunique a dita decisão que vier a ser tomada á Secção do Trânsito da Polícia de Segurança Pública.>> (cfr. o teor do mesmo requerimento, a fls. 71 a 72 dos presentes autos, e *sic*).

Pretensão essa do arguido que acabou por ser decidida em 23 de Julho de 2004 pelo Mm.º Juiz autor daquela sentença condenatória, de seguinte maneira:

<<[...]

Nos presentes autos o arguido A foi condenado pela prática de um crime de fuga à responsabilidade, p. e p. pelo art. 64º do Código da Estrada, e na pena acessória de inibição de conduzir pelo período de 45 dias de acordo com o disposto no art. 73º, nº1, al. b) do mesmo Código.

Esta sanção acessória é uma pena acessória que participa da mesma natureza das penas acessórias previstas no Código Penal, pese embora prevista em legislação especial (Código da Estrada).

Assim, a sua execução fica sujeita ao controlo jurisdicional nos mesmos termos das outras penas acessórias – art. 477º e ss. do C.P.P.. Assim, duas opções se colocam: Ou se comunica ao C.S.V. para que esta determine o início do período de inibição, tal como prevê o disposto no art. 477º, nº2 do C.P.P.; ou se decreta a apreensão, *in casu*, da carta de condução de condução pelo período de duração da inibição de conduzir, conforme o disposto no nº3 do artigo acabado de citar.

Esta última opção dependerá, quanto a nós, da circunstância da carta de condução ou se encontrar apreendida nos autos, ou, simplesmente, não se encontrar apreendida.

No caso em apreço, o carta de condução do arguido não foi apreendida nos autos, e o arguido continuou a beneficiar da faculdade de conduzir, pelo que o Tribunal optou por comunicar ao C.S. de Viação para que esta entidade desse início

à execução da pena acessória. De outro modo o cumprimento ou não da pena acessória ficaria fora de qualquer controlo.

Nestes termos e pelo exposto, decido indeferir o requerido a fls. 71 e 72.>>
(cfr. o teor de fls. 74 a 74v dos autos, e *sic*).

Inconformado com esta última decisão judicial, veio agora o mesmo arguido recorrer para este Tribunal de Segunda Instância, tendo para o efeito formulado a seguinte motivação de recurso:

<<[...]

A, arguido nos autos à margem identificados, notificado do douto despacho de fls. 74 e vº, que indeferiu o seu requerimento de fls. 71 e 72, dele vem, por se não conformar com o mesmo, interpor recurso.

O presente recurso, admissível nos termos do artº 389º do C.P.P., deverá subir nos próprios autos e imediatamente, atento o estatuído nos nº 1 do artº 396º e nº 1, alínea b), do artº 397º, respectivamente, ambos da lei processual penal, devendo ser-lhe fixado, face ao disposto no artº 398º, nº 1, alínea a) do mesmo diploma, efeito suspensivo.

De acordo com o previsto no artº 401º, nº 2, do C.P.P., apresenta-se a respectiva motivação, nos termos e com os seguintes fundamentos.

A – Fundamento do recurso

No douto despacho de fls. 74 e vº, ao decidir o requerimento do ora recorrente de fls. 71 e 72. sustentou o Senhor Juiz que a execução da pena acessória da

inibição de conduzir, imposta ao arguido, “... *fica sujeita ao controlo jurisdicional nos mesmo termos das outras penas acessórias – artº 477º e ss. do CPP,*”

Acrescentando, de seguida:

“Assim, duas opções se colocam: Ou se comunica ao C.S.V. para que este determine o início do período de inibição, tal como prevê o disposto no artº 477º, nº 2 do CPP (sublinhado nosso); ou se decreta a apreensão, in casu, da carta de condução pelo período de duração da inibição de conduzir, conforme o disposto no nº 3 do artigo acabado de citar (sublinhado nosso).”

E procurando esclarecer o *modus procedendi* face à alternativa suscitada, defendeu o Senhor Juiz que

“Esta última opção dependerá, quanto a nós, da circunstância da carta de condução ou se encontrar apreendida nos autos, ou, simplesmente, não se encontrar apreendida.”

“No caso em apreço, a carta de condução do arguido não foi apreendida nos autos, e o arguido continuou a beneficiar da faculdade de conduzir, pelo que o Tribunal optou por comunicar ao C. S. de Viação para que esta entidade desse início à execução da pena acessória. De outro modo o cumprimento ou não da pena acessória ficaria fora de qualquer controlo.”

Terminando por

“... indeferir o requerido a fls. 71 e 72.”

Ao decidir desta forma, o Senhor Juiz *a quo* fez, salvo o devido respeito por opinião contrária, errada interpretação e aplicação do artº 477º, nºs 2 e 3, do C.P.P.

facto que, nos termos do n.º 1 do art.º 400.º do mesmo diploma legal, constitui o fundamento do presente recurso.

B – Contextualização da problemática em apreço

Da acta de audiência de julgamento, a fls. 61 e v.º dos autos consta, no que à condenação do ora recorrente respeita, que:

“O arguido conformando-se com a sentença ora proferida, prescinde do prazo para recurso pelo que desde já requer a decisão se mostre transitada.”

E, não tendo o Ministério Público suscitado objecções, igualmente naquela acta se consignou que

“... pelo Senhor Juiz foi deferido o requerido pelo ilustre mandatário do arguido, mostrando-se assim esta sentença transitada em julgado.”

Por outro lado, no que à dita sentença concerne (cfr. fls. 57 a 60 dos autos), inexistente qualquer comando que, expressa ou tacitamente, comine ao arguido a abrigação de entrega, ao Tribunal ou a qualquer outra entidade competente (v.g. ao C.S.V. ou corpo policial), da respectiva licença de condução.

Ainda que o Senhor Delegado do Ministério Público suscite, no seu parecer de fls. 73, a questão de ser *“... prática do Tribunal alertar verbalmente o arguido que a inibição só se inicia com a convocação dos Serviços de Trânsito...”*,

Tal argumento não pode proceder, desde logo por carecer de fundamento legal. Com efeito,

Decorrente duma filosofia jurídica garantística dos direitos individuais subjacente ao sistema legal vigente em Macau (bem como nos países onde impera o

princípio do *Estado de Direito...*), com séculos de tradição e produção doutrinária, *quod non est in actiis non est in mundo...*

Ou, se se preferir, na versão duma das línguas oficiais da RAEM, ***o que não está no processo, não existe...***

Não releva, pois, invocar um acto (*in casu* a “notificação verbal” do arguido quanto ao momento em que a inibição de conduzir que lhe foi aplicada teria o seu *terminus a quo*), se tal não constar dos autos.

E nem se diga que tal afirmação põe em causa a idoneidade do Tribunal, ou a dos Senhores Magistrados a qual, no puro e estrito campo dos princípios, é a mesma que a de qualquer outro sujeito processual.

O que importa, isso sim, é que as decisões judiciais, para além de, naturalmente, justas, façam boa interpretação e aplicação do Direito, sejam claras, incisivas, inequívocas e sem “zonas cinzentas”, de molde a obviar a interpretações que a sua letra não consente.

No caso em apreço, quer a douta sentença condenatória (cfr. fls. 57 a 60), quer a acta da respectiva audiência (cfr. fls. 61 e vº), são omissas quanto à cominação da apreensão da licença de condução, assim como no que respeita à determinação do momento em que a inibição de conduzir teria o seu início e, ainda, a qualquer *notificação verbal* quanto a esse momento,

Pelo que se terá, forçosamente e por imperativo legal, que reconduzir esse termo inicial à regra geral que torna obrigatória a observância de qualquer decisão judicial; isto é, ao momento em que se verifica o seu trânsito em julgado.

Uma vez que o arguido, ora recorrente, prescindiu do recurso da decisão que o condenou, o trânsito em julgado da mesma ocorreu, tal como bem se alcança de fls. 62 vº, em 26 de Fevereiro de 2004.

E será, salvo erro ou melhor opinião, a partir desta data que o prazo de inibição de conduzir deverá começar a ser contado.

Irrelevante se afigura, também, a questão da licença de condução (provisória ou definitiva continuar, ou não, na posse do condenado.

Este sabe que, após o trânsito em julgado da decisão judicial que o condenou, não está habilitado a conduzir, nos termos e pelo prazo que tiverem ficado determinados na sentença, sob pena de incorrer no crime de desobediência qualificada, previsto no artº 65º do Código da Estrada.

Com efeito, *quid juris* se, após a trânsito em julgado da decisão que suspendeu a validade da licença de condução – mas antes da comunicação desta decisão judicial ao C.S.V.- o condenado fosse encontrado a conduzir?

Afigura-se, salvo erro ou melhor opinião, que a resposta a esta questão só poderá ser uma: o condenado incorreria na prática de um crime de desobediência qualificada...

Donde, quer a sentença estipule a entrega da licença de condução ao Tribunal (ou a qualquer outra entidade legalmente competente), ou nada decida sobre esta matéria, o resultado é o mesmo: manter-se-á a inibição de conduzir, após o respectivo trânsito em julgado, durante o período nela fixado.

Infelizmente, ainda que não constituam a regra, exemplos há em que, mesmo com a licença de condução apreendida, o condenado nem por isso respeita a decisão judicial que o havia interdito de conduzir...

Não se defenda, pois, que a apreensão da licença de condução, ou a suspensão da sua validade constituem, de *per si*, impedimentos bastantes para que o arguido se abstenha de violar a decisão judicial que as comine...

Não se questiona, por outro lado, que a inibição de conduzir, no caso em apreço, tenha a natureza de pena acessória e que a sua execução fique sujeita ao controlo jurisdicional, tal como se defende no douto despacho recorrido.

O que se põe em causa é a interpretação que é feita aos n.ºs 2 e 3 do art.º 477.º do C.P.P., como se verá de seguida.

Com efeito, sob a epígrafe “*Execução das penas acessórias*” (Capítulo III, do Título III, do Livro X do C.P.P.), dispõe-se neste preceito legal:

“Artigo 477.º

(Decisão e trâmites)

1.
2. ***A decisão que decretar a proibição ou suspensão do exercício de profissão ou actividade que dependa de título público ou de autorização ou homologação da autoridade pública é comunicada, conforme os casos, ao organismo profissional em que o condenado esteja inscrito ou à entidade competente para a autorização ou homologação.***

3. O juiz pode decretar a apreensão, pelo tempo que durar a proibição, dos documentos que titulem a profissão ou actividade.

4.

5..... ”

A comunicação a que alude o nº 2 da disposição legal acabada de transcrever não visa, naturalmente, tornar exequível a decisão do Tribunal mas sim a actualização do cadastro, ou registo, respeitante ao condenado (cfr. artº 116º, alínea e) do Regulamento do Código da Estrada), já que a suspensão (o que não acontece com a apreensão...) da validade da licença de condução só pode ser imposta pelo Tribunal (cfr. artº 80º, nº 4, do Código da Estrada).

Depois, o nº 3 do artº 477º do C.P.P. não impõe –crê-se- necessária e obrigatoriamente a apreensão *da carta de condução pelo período de duração da inibição de conduzir*, como se sustenta no do despacho recorrido.

O citado preceito confere ao juiz –e esta interpretação adequa-se melhor, segundo se afigura, ao respectivo elemento literal- o poder de decretar a apreensão da licença de condução, se assim o julgar, em cada caso concreto, mais adequado.

Considere-se, por exemplo, o caso de um a arguido com um largo registo de violações ao direito estradal. Neste quadro, justificar-se-ia inteiramente que, para além da eventual pena acessória da suspensão da validade da licença de condução, se determinasse igualmente a sua apreensão, a título de reforço da sanção aplicada.

É que,

- **suspensão** da validade da licença de condução e

- *apreensão* da mesma,

são realidades diferentes, ainda que, eventualmente, coexistentes no tempo.

Torna-se, pois, evidente, que a circunstância de, no caso dos presentes autos, se não ter verificado a apreensão da licença de condução –embora o pudesse ou, mesmo, devesse ter sido- não afecta, não condiciona, nem suspende, na sua execução, a medida de suspensão da validade da licença decretada ao ora recorrente, pelo período fixado na douda sentença, ou seja, 45 dias, já integralmente cumpridos.

Alegar que o arguido continuou a beneficiar da faculdade de conduzir, pelo que o Tribunal optou por comunicar ao C.S. de Viação para que esta entidade desse início à execução da pena acessória constitui, para além duma suspeita –implícita- que o ora recorrente não respeitou a condenação de que foi objecto, suspeição que nada justifica alimentar,

A admissão, ainda que não expressa, de que as decisões dos Tribunais poderão não ser, de *per si*, imediatamente exequíveis após o respectivo trânsito em julgado, o que liminarmente se rejeita,

Assim como alimentar a ilusão que o condenado só se absterá de conduzir ... se a sua licença tiver sido apreendida...

O que também não é real.

Cumprirá, pois, face ao que antecede, formular as seguintes

C – CONCLUSÕES

1 – Suspensão da validade da licença de condução, e apreensão da mesma, são realidades que, embora possam coincidir no tempo são, em essência, de natureza diferente.

2 – Se da sentença não constar a data a partir da qual se inicia a suspensão da licença de condução, e a acta da respectiva audiência for, quanto a esse específico aspecto, igualmente omissa, a suspensão iniciar-se-á a partir do trânsito em julgado da decisão que a decretou.

3 – O n.º 2 do art.º 477.º do C.P.P. não deverá ser, crê-se, objecto da interpretação que o Senhor Juiz *a quo* lhe deu no despacho ora recorrido, mas sim que tal comunicação visa assegurar, tão somente, a competência que ao Conselho Superior de Viação lhe é cometida pelo art.º 116.º, alínea e) do Regulamento do Código da Estrada.

4 – De igual modo, o n.º 3 do art.º 477.º do C.P.P. não determina, com carácter imperativo e obrigatório a apreensão da licença de condução, antes conferindo ao Juiz a latitude de ***poder*** decretar tal medida se, naturalmente, o julgar adequado à situação concreta.

5 – Mostram-se, assim, violadas as normas constantes dos n.ºs 2 e 3 do art.º 477.º do C.P.P.

6 - A circunstância de não ter sido determinada a apreensão da licença de condução não poderá conduzir ao pressuposto, ainda que formulado de modo hipotético e sem fundamentos, que o arguido, ora recorrente, não acatou a decisão de suspensão da validade da sua licença de condução.

7 – É de rejeitar, similar e liminarmente, que as decisões judiciais não sejam –ou possam não ser- exequíveis em si mesmas.

8 - *In casu*, o ora recorrente não deverá ser duplamente penalizado, quer por não ser essencial para a inibição de conduzir a apreensão da sua licença de condução (o que, em qualquer caso, lhe não poderia ser imputável) quer, ainda, por não competir ao C. S. Viação (cfr. as respectivas competências no artº 116º do Regulamento do Código da Estrada) a fixação do *terminus a quo* do período de suspensão decretado judicialmente.

Nestes termos, e nos mais de Direito aplicáveis que doutamente forem supridos, requer-se a Vossas Excelências seja revogada a decisão objecto do presente recurso, substituindo-a por outra que, acolhendo a tese acima expendida, reconheça que o início da suspensão da validade da licença de condução do ora requerente se iniciou com o trânsito em julgado da respectiva sentença.

Assim decidindo, estarão Vossas Excelências fazendo, para além de boa interpretação e aplicação ao Direito, a desejada e necessária administração de

JUSTIÇA!

[...]>> (cfr. o teor de fls. 76 a 81 dos autos, e *sic*).

A esse recurso, o Ministério Público junto do Tribunal recorrido apresentou resposta tecida nos seguintes termos:

<<[...]

Concluiu o Recorrente,

- 1- Suspensão da validade da licença de condução, e apreensão da mesma, são realidades que, embora possam coincidir no tempo são, em essência, de natureza diferente.
- 2- Se da sentença não constar a data a partir da qual se inicia a suspensão da licença de condução, e a acta da respectiva audiência for, quanto a esse específico aspecto, igualmente omissa, a suspensão iniciar -se-á a partir do trânsito em julgado da decisão que a decretou.
- 3- O no. 2 do art. 477º do CPP não deverá ser, crê-se, objecto da interpretação que o Senhor Juiz a quo lhe deu no despacho ora recorrido, mas sim que tal comunicação visa assegurar, tão somente, a competência que ao Conselho Superior de Viação lhe é cometida pelo art. 116º, al. e) do Regulamento do Código da Estrada.
- 4- De igual modo, o no. 3 do art. 477º do CPP não determina, com carácter imperativo e obrigatório a apreensão da licença de condução, antes conferindo ao Juiz a latitude de poder decretar tal medida se, naturalmente, o julgar adequado à situação concreta.
- 5- Mostram-se, assim, violadas as normas constantes dos no. 2 e 3 do art. 477º do CPP.
- 6- A circunstância de não ter sido determinada a apreensão da licença de condução não poderá conduzir ao pressuposto, ainda que formulado de modo hipotético e sem fundamentos, que o arguido, ora recorrente, não acatou a decisão de suspensão da validade da sua licença de condução.

- 7- É de rejeitar, similar e liminarmente, que as decisões judiciais não sejam-possam não ser – exequíveis em si mesmas.
- 8- In casu, o ora recorrente não deverá ser duplamente penalizado, quer por não ser essencial para a inibição de conduzir a apreensão da sua licença de condução (o que, em qualquer caso, lhe não poderia ser imputável) quer ainda, por não competir ao C.S. Viação (cfr. as respectivas competências no art. 116º do Regulamento do Código da Estrada) a fixação do terminus a quo do período de suspensão decretado.

Respondendo,

Dispõe o art. 477º no. 2 do CPPM : *“A decisão que decretar a proibição ou suspensão do exercício de profissão ou actividade que dependa de título público ou de autorização ou homologação da autoridade pública é comunicado, conforme os casos, ao organismo profissional em que o condenado esteja inscrito ou à entidade competente para a autorização ou homologação.”*

Por sua vez, a al. b) do no. 1 do art. 73º do Código da Estrada prevê que: *“É punido com suspensão da validade da licença de condução pelo período de 1 mês a 2 anos, consoante a gravidade da infracção, quem for condenado por:*
b) Fuga à responsabilidade, nos termos do art. 64º;”

Por último, dispõe o art. 116º al. e) do Regulamento do Código da Estrada: *“São atribuições do Conselho Superior de Viação:*

e) Organizar em registo especial o cadastro de condutores, no qual são lançadas as sanções e medidas de segurança que lhes forem aplicadas por

infracções às leis de trânsito ou relativas ao exercício da condução, nos termos fixados em regulamento.”

Das normas invocadas, não nos resta dúvida que o Conselho Superior de Viação é o órgão de execução da pena acessória de suspensão da validade da licença de condução, ainda que o Tribunal de apreender a licença de condução nos termos do no. 3 do art. 477º do CPPM.

Até por uma razão de ordem prática que a pena acessória carece de registo no cadastro de condutores, *sob pena de não ser inexequível*, ou seja, não ser detectado nas operações de fiscalização.

É verdade que em termos jurídicos, a apreensão da licença de condução, e a suspensão da sua validade são realidades jurídicas distintas.

Todavia, é senso comum que a detenção da licença de condução pelo próprio titular/condutor é bastante para permitir a condução, pois o agente de trânsito, não é possível, de per si, verificar que está inibido de conduzir, facto que um cidadão comum, *homo medius*, não pode deixar de saber.

Concordamos com o sentido da expressa latina *quod non est in actiis non est in mundo...* doutamente invocado pelo Ilustre Mandatário do Recorrente, e é verdade que é sempre desejável que na sentença possa conter o mais rico conteúdo possível. No entanto, também não se deve recorrer a ideias *maximalistas*, pois no Mundo de direito, qualquer tema possa ser amplamente desenvolvido.

Pelo exposto entendemos que o douto despacho recorrido é totalmente legal e razoável, devendo manter em íntegra.

CONCLUSÕES

- 1- Os art. 477º no. 2 do CPPM, o art. 73º no. 1 al. b) do Código da Estrada, e o art. 116º al. e) do Regulamento do Código da Estrada, *prevêem expressamente* que a execução da pena acessória de suspensão da validade da licença de condução compete ao ***Conselho Superior de Viação***;
- 2- Até por razão de ordem prática a inibição carece de registo no cadastro de condutores, sob pena de *não ser exequível*, designadamente nas operações de fiscalização policial;
- 3- Ainda que é desejável que a sentença seja a mais pormenorizada possível, não podemos recorrer a posições *maximalistas*;
- 4- Pelo que não houve qualquer violação dos art. 477º no. 2 e 3 do CPPM.

Nesses termos e nos demais de direito, deve Vossas Excelências, Venerandos Juizes julgar o recurso improcedente mantendo em íntegra o duto despacho recorrido.

Porém, Vossas Excelências farão a habitual

JUSTIÇA!

[...]>> (cfr. o teor de fls. 88 a 93 dos autos, e *sic*).

Subido o recurso para esta Segunda Instância, o Digno Procurador-Adjunto, no seu parecer emitido em sede de vista, também pugnou materialmente pela manutenção do julgado, nos seguintes termos:

<<Não assiste, a nosso ver, razão ao recorrente.

E a nossa posição converge, essencialmente, com a do Mm^o. Juiz “a quo” - sufragada, igualmente, pelo nosso Exm^o. Colega.

No caso dos autos, o recorrente foi condenado, além do mais, na pena acessória de inibição de conduzir pelo período de 45 dias, de acordo com o disposto no art^o. 73^o, n^o. 1, al. b), do C. Estrada.

Nada foi determinado, entretanto, acerca do "timing" desse período, sendo certo que a respectiva licença de condução não se encontrava apreendida (nem, na sentença, foi decretada a sua apreensão).

Não pode deixar de inferir-se, assim, que a decisão quanto à fixação do período em apreço foi *relegada*, pelo Mm^o. Juiz, para a competente entidade administrativa (a quem, nos termos do art^o. 477^o, n^o. 2, do C. P. Penal, foi remetida cópia da douta sentença).

O arguido expende, na sua motivação, que a suspensão em causa se iniciou "a partir do trânsito em julgado da decisão que a decretou".

E é certo que, "in casu", por sua iniciativa, a sentença foi declarada transitada na data em que foi proferida.

A questão da inibição e do início do seu cumprimento, todavia, não foi suscitada pelo recorrente, não tendo, também, sido objecto de qualquer decisão por parte do Tribunal.

E é óbvio que o arguido não poderia resolvê-la, por si só, connexionando – a com o invocado trânsito.

Conforme se salienta no duto despacho recorrido, aliás, sem a efectiva apreensão da licença de condução” o cumprimento ou não da pena acessória fica(ria) fora de qualquer controlo”.

Daí que, não se verificando esse condicionalismo, na hipótese vertente, a pretensão do recorrente esteja, naturalmente, votada ao insucesso.

Deve, pelo exposto, ser negado provimento ao recurso.>> (cfr. o teor de fls. 101 a 103 dos autos, e *sic*).

Feito subsequentemente o exame preliminar (em sede do qual se entendeu dever o recurso ser julgado em conferência dada a sua manifesta improcedência) e corridos em seguida os vistos legais, cumpre decidir.

Para o efeito, e desde já, é de dar por assente que a licença de condução do arguido ora recorrente nunca chegou a ser apreendida antes da data de emissão do despacho judicial ora impugnado e que a secretaria judicial do Tribunal *a quo* se limitou a remeter ao Conselho Superior de Viação, por ofício datado de 16 de Abril de 2002 (cfr. fls. 68 dos autos), a cópia integral da sentença final nos termos do art.º 87.º do CE.

Ora, a nível de direito, é-nos indubitável que a execução da sanção de suspensão da validade da licença de condução prevista no art.º 73.º, n.º 1, alínea a), do CE pressupõe naturalmente a apreensão da licença de condução, por força do seguinte expressamente estatuído no art.º 90.º, n.ºs 1 e 3, do mesmo CE:

<<1. As licenças de condução devem ser apreendidas durante o período de

suspensão da sua validade.

2. O presidente do Conselho Superior de Viação pode ainda determinar a apreensão de licenças de condução nos seguintes casos:

- a) [...];
- b) [...].

3. Nos casos previstos nos números anteriores o condutor é notificado para entregar a licença de condução no prazo de 10 dias, sob pena de desobediência.>> (e com sublinhado nosso).

Assim sendo, e sem mais considerações por desnecessárias, improcede manifestamente o recurso do arguido, cujo objecto é constituído material e concretamente pela questão nuclear de se saber se o prazo de suspensão da validade da licença de condução do arguido já tenha começado *in casu* logo a partir da data de trânsito em julgado da sentença que a tinha aplicado, questão esta que já fica nitidamente resolvida pelo próprio legislador do CE ainda que a descontento do arguido recorrente, sem, pois, necessidade de chamamento à colação da norma veiculada nos n.ºs 2 e 3 do art.º 477.º do Código de Processo Penal, precisamente em face da existência no CE das regras procedimentais próprias e já acima transcritas na matéria de execução da sanção em causa (daí que não se torna mister indagarmos aqui do problema levantado pelo recorrente em torno da interpretação e aplicação dos n.ºs 2 e 3 do art.º 477.º do Código de Processo Penal, tidos por ele como violados no despacho recorrido).

Aliás, para ver concluído quanto antes o prazo da suspensão da

validade da sua licença de condução em sintonia com a sua postura de renúncia ao direito de recorrer da sentença final da Primeira Instância que aplicou tal sanção, o arguido poderia, por exemplo, ter entregue voluntariamente a sua licença de condução ao Conselho Superior de Viação logo após a leitura daquela sentença com a qual se mostrou conformado totalmente. E se não o fez por erro de convicção acerca da data de início de execução de tal medida, tem que sujeitar-se agora à notificação a ser feita ou já feita nos termos do acima transcrito art.º 90.º, n.º 3, do CE.

Dest'arte, há que rejeitar efectivamente o recurso em causa nos termos do art.º 410.º, n.º 1, parte final, do Código de Processo Penal, dada a manifesta improcedência do mesmo.

Em harmonia com o exposto e em conferência, **acordam em rejeitar o recurso do arguido A.**

Custas nesta instância pelo recorrente, que paga ainda duas UC (mil patacas) de taxa de justiça (fixada nos termos conjugados dos art.ºs 69.º, n.º 1, e 72.º, n.ºs 1 e 3, do Regime das Custas nos Tribunais) **e três UC (mil e quinhentas patacas) de sanção pecuniária** (aplicada por força do disposto no art.º 410.º, n.º 4, do Código de Processo Penal e no art.º 4.º, n.º 1, alínea g), do Decreto-Lei n.º 63/99/M, de 25 de Outubro, aprovador do mesmo Regime das Custas).

Notifique a própria pessoa do arguido e o Ministério Público.

Comunique o presente acórdão ao Conselho Superior de Viação e ao Corpo de Polícia de Segurança Pública, para efeitos tidos por convenientes.

Macau, 25 de Novembro de 2004.

Chan Kuong Seng (relator)

José Maria Dias Azedo

Lai Kin Hong